

**A igreja no cárcere e a memória transcrita: a releitura do espaço
prisional por frei betto no período da ditadura
civil-militar brasileira**

**The church in prison and the transcribed memory: the re-reading
of the prison space by friar betto during the civil-military
brazilian dictatorship**

Emerson Cássio Maia Carvalho ¹

RESUMO

Neste trabalho, buscou-se investigar um conjunto de cartas de Frei Betto reunidas nos livros *Das catacumbas*, *Cartas da prisão* e *O canto na fogueira*. Essas cartas foram produzidas em seu tempo de cárcere e enviadas a amigos, familiares e membros eclesiais em um momento crítico da história recente do Brasil, qual seja a ditadura civil-militar instalada em 1964. Objetivou-se entender como se dá, através de suas cartas aqui consideradas arquivos de memórias, a construção identitária do autor Frei Betto, em seus desdobramentos enunciativos, a partir de um espaço precário e autoritário. Com efeito, o espaço prisional é categoria importante em que se estruturam as memórias e, por meio das análises realizadas, mostrou-se ser ressignificado pelo autor/enunciador ao longo de seu confinamento: se, inicialmente, é tratado como um alojamento obrigatório para os indesejados do convívio social, espelhando os conflitos de classes e misérias humanas, depois é metaforizado como um genuflexório em que o autor/enunciador se ajoelha diante da própria existência em um ato de remissão pela fé.

Palavras-chave: Literatura. História. Prisão. Enunciação.

ABSTRACT

In this work, we seek to investigate a group of letters from Friar Betto assembled in the books *Das catacumbas*, *Cartas da prisão* and *O canto na fogueira*. These letters were written during his time in prison and sent to friends, family and church members in a critical moment of Brazil's recent history, which is the civil-military dictatorship instituted in 1964. We seek to understand through his letters, here considered memory archives, the construction of the author's identity, in his enunciative unfolding, from a precarious and authoritative space. In fact, the prison space is an important category in which memories are structured and, by means of the analysis conducted, it showed to have been given a new meaning by the author during his confinement: if it is initially treated as a compulsory accommodation for the unwanted of social living, mirroring conflicts between classes and human miseries, afterwards it is metaphORIZED as a kneeler in which the author kneels in front his own existence in an act of remission through faith.

Key-words: Literature. History. Prison. Enunciation.

¹ Graduando do Curso de Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e bolsista de iniciação científica do CNPq. E-mail: emersoncassio.maia@msn.com.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui produto da pesquisa financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq), realizado de agosto de 2017 a julho de 2018. Nesse desdobramento da pesquisa intitulada *A prisão escrita na literatura brasileira*, coordenada pela Prof.^a Dr.^a Ivete Walty, intentou-se o estudo de um conjunto de cartas de Frei Betto reunidas nas seguintes obras: **Das catacumbas**, **Cartas da prisão** e **O canto na fogueira**. Esses livros constituem importantes documentos que dizem respeito ao acontecimento histórico da ditadura civil-militar e, a partir deles, pretendeu-se situar os olhares que o enunciador, construído por Frei Betto, tinha do espaço carcerário nesse período de autoritarismo.

Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, tendo natureza bibliográfica comungada com as pesquisas documental e descritiva. Objetivou-se, primeiramente, um estudo sobre o texto carcerário, bem como de sua natureza / gênero. Em seguida, para fins de imersão na pesquisa que foi desenvolvida, mostrou-se necessário compreender a participação da Igreja Católica e da Ordem Dominicana no período antecedente ao Regime Militar brasileiro. Por fim, à luz das reflexões realizadas, foi realizada a análise das cartas de Frei Betto enquanto preso político e preso comum, em que as preocupações se centraram nas reflexões que o enunciador, construído por ele, faz do espaço prisional, bem como a reconstituição de sua identidade nesse *lócus* destinado ao confinamento e, sobretudo, ao domínio do outro.

Ao partir da ideia de que muitos dos textos carcerários, produzidos no período da ditadura civil-militar brasileira, podem ser vistos como importantes documentos histórico-literários, assim como arquivos de memória, essa pesquisa objetivou investigar a ressignificação que Frei Betto faz do espaço prisional, bem como traçar um possível delineamento do perfil identitário do dominicano na investigação do processo enunciativo nas cartas reunidas em **Das catacumbas**, **Cartas da prisão** e **O canto na fogueira**. Nesse percurso, buscou-se um olhar estreito para os elementos textuais de natureza estética que revelem suas visões, juízos e atitudes perante o cárcere e que desnudam suas experiências frente à violência, à reclusão e, também, ao sagrado.

2 A ESCRITA DO CÁRCERE

Ao longo da história da literatura, muitos dos textos construídos e encenados são intermediados pela memória, recortada e moldada por expressões identitárias individuais ou coletivas. Por meio da memória materializada no texto literário, considerada como um *topos* pelo qual distintos discursos se cruzam e fundam novos, existe a possibilidade de (re)tomadas de acontecimentos historicamente

constituídos, bem como o acesso a outras impressões subjetivas deixadas à margem da história oficial. Logo, podemos dizer que, por vezes, há uma relação simbiótica explícita entre literatura e memória (histórica): se a memória constitui muitos dos textos literários, a literatura tem, por sua vez, entre suas funções, a responsabilidade de preservar a memória de um povo.

Em vista disso, se o homem possui em si a necessidade de narrar, a literatura, meio em que sua linguagem é potencializada, encenará essa necessidade. Lembrar e narrar e, por conseguinte, imortalizar é, de fato, um exercício de escrita bastante comum na história da literatura. A escrita, como prática de uso da língua, se dá a partir das intenções sociodiscursivas de um autor (mesmo quando o enunciado é produto de um ato inconsciente) e, entre elas, se verifica a escrita da memória, com efeito capaz de transformar um texto em suporte para memórias, quais sejam elas coletivas, individuais, culturais, *etc.* Isso posto, se a escrita é passível de inscrever a memória, na escrita da memória carcerária, que especificamente será tratada neste trabalho, lê-se a experiência da violência, os relatos do cotidiano prisional por sujeitos que se constroem a partir de um espaço estruturalmente destinado ao confinamento, à coerção e, muitas vezes, à degradação da dignidade humana.

Em suas **Memórias do cárcere**, Graciliano Ramos traz o testemunho de torturas e privações em seu confinamento durante o Estado Novo; Salim Miguel, por sua vez em **Primeiro de Abril**, discorre sobre os pesadelos que viveu em uma prisão de Florianópolis, no período da ditadura civil-militar. No âmbito das narrativas brasileiras contemporâneas, Luciana Coronel (2015) explica que uma série de publicações acerca da escrita do cárcere, produzidas por prisioneiros, emerge após a publicação de **Estação Carandiru**, de Dráuzio Varella. A pesquisadora pontua que a crítica especializada comumente define os escritos produzidos no cárcere como literatura-denúncia (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 5, *apud* CORONEL, 2015, p. 34), escritos de sobrevivência (PENA, 2013, *apud* CORONEL, 2015, p. 34) e, também, como a literatura do real, articulando o discurso histórico e o literário. E no que tange a essa última definição, apoiada nas exposições feitas pela socióloga Ana Maria Amar Sanchez, em seu trabalho **La ficcion del testimonio**, Coronel reflete que na

impossibilidade de ser literatura no sentido da livre criação ficcional e, com menos recorrência, a impossibilidade de ser história no sentido de transcrição fiel dos fatos, as narrativas do cárcere constituem textos complexos, aos quais tradicionalmente se nega a dimensão literária, dado o fato de derivarem da experiência de vida dos autores, e com menos frequência, a expansão dos estudos de História Cultural, também a dimensão de reconstrução da História, dada a feição subjetiva que norteia sua estruturação narrativa. Em termos mais singelos, estes textos são muito próximos da realidade para serem literatura, e muito distantes dela para serem história. (CORONEL, 2015, p. 35).

Coronel manifesta que o não reconhecimento desse tipo de texto como literatura se dá tão somente por preconceitos difundidos no senso comum, pois este “autoriza esta espécie de castração ao simbólico diante da autoria de autores tradicionalmente excluídos da participação no campo da produção cultural”.

(2015, p. 35-36). A pesquisadora parece ver a literatura como o trabalho com a criação simbólica, uma fabulação própria do trabalho com a escrita, e, por esse motivo, não define os textos do cárcere apenas como depoimentos pessoais e escritas da memória, que muitos preferem situar no campo da História, em especial na corrente de estudos da História Cultural. A esses textos é que Flora Süssekind, por exemplo, irá chamar de uma “literatura do eu” (cf. SÜSSEKIND, 1985, p. 42), na qual a escrita será permeada por elementos de uma narrativa memorialística.

Por outro lado, Coronel pensa a História como abrangedora da dimensão factual e, por esses textos serem produtos de relatos das vivências no cárcere, não se poderia associá-los somente à literariedade que é própria da ficção, tal como aborda Roman Jakobson acerca do conjunto de elementos estéticos e textuais-discursivos que caracterizam a linguagem literária. Mas não há, efetivamente, um impasse, como se fosse possível (ou necessário) dissociar o que é do âmbito literário e o que é do histórico, pois, conforme expressa Bakhtin (1975), os gêneros textuais possuem natureza híbrida de modo mais ou menos acentuado. Com isso, o pesquisador da linguagem quer dizer que são próprios da constituição dos gêneros a flexibilidade, a versatilidade e um entrelaçamento de temas, pois se tratam de fenômenos manifestadamente sociais.

Muito embora a conceituação de literatura seja assunto de muitas controvérsias (cf. COMPAGNON, 2014), pode-se entendê-la, de um modo bastante geral, tomando como base Antonio Candido, como um direito humano que engloba “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações” (CANDIDO, 1988, p. 176).

A própria Coronel também se fundamenta em Antonio Candido, ao trazer para seu estudo a afirmação de que os autores do cárcere, “mesmo quando não acrescentam elementos imaginários à realidade, apresentam-na no todo ou na parte como se fosse produto da imaginação, graças a recursos expressivos próprios da ficção [...], de maneira a efetuar uma alteração em seu objeto específico” (CANDIDO, 2002, p. 59, *apud* CORONEL, 2015, p. 36). Desse modo, as afirmações do pesquisador e crítico literário são de suma importância para a compreensão da constituição do universo literário e a validação, para essa dimensão, de textos que comumente não são vistos como pertencentes a tal domínio.

Retomando as considerações acerca da escrita carcerária, longe de negar que esse tipo de escrita se constitui e se articula através dessas duas categorias supracitadas (literatura e história), Coronel (2015) afirma que os relatos do cárcere se configuram sob uma fórmula híbrida, tecida por traços históricos e literários que projetam a subjetividade do enunciador, bem como seu local e tempo de enunciação. O contexto histórico é, de fato, indissociável das narrativas do cárcere, e os traços e elementos próprios do discurso literário também atravessam esses escritos, pois é muito comum vermos descrições dos espaços

prisões, das rotinas, dos castigos e, não raras vezes, dos sentimentos de saudade dos entes queridos, assim como da esperança dos sujeitos de se verem livres do sistema prisional. Em vista disso, a pesquisadora salienta que a escrita do cárcere se define:

(...) no momento da recepção, tendo o leitor como instância privilegiada de significação e envolvendo uma disputa simbólica dentro do campo cultural. Muitas vezes a recusa ao reconhecimento da dimensão literária dessas narrativas, como é comum ocorrer com a escrita de segmentos subalternos, é motivada por preconceitos arcaicos de nosso imaginário social, que autoriza esta espécie de castração ao simbólico diante da autoria de autores tradicionalmente excluídos da participação no campo da produção cultural. (CORONEL, 2015, p. 35-36).

As produções mencionadas por Coronel são de “autores comuns”, presos que, nesse momento, podem estar ocupando as celas de prisões de qualquer lugar do Brasil, os quais penetram com suas anotações, depoimentos e memórias o espaço literário que, não raras vezes se contrapõe a esses sujeitos e escritos, que privilegiam uma chamada “literatura tradicional”, não marginalizada e discriminatoriamente vista por muitos como sinônimo das “belas letras” e das “belas formas”.

Diferentemente desses autores, há sujeitos que passaram pelo cárcere ocupando posições de escritores presos políticos, alguns já gozando de reconhecimento no plano literário. Produziram obras que descrevem suas experiências nos seus tempos de prisão, caso de Graciliano Ramos, encarcerado pela ditadura do Estado Novo, e Salim Miguel que foi detido por 48 dias pela ditadura civil-militar, entre os meses de abril a maio de 1964. Mas além das obras desses autores, já referenciados nas considerações iniciais dessa seção, outra forma de documentação histórico-literária não epistolar, ainda que não propriamente sob o eixo-temático de uma escrita do cárcere, são os relatos publicados acerca das memórias da guerrilha, muito em especial aquelas do período da ditadura civil-militar brasileira, como **O que é isso, companheiro?**, de Fernando Gabeira. São relatos, aliás, bem estudados por Sússekind em seu **Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos**, que analisa a produção literária, bem como suas relações com a política, nos anos de autoritarismo do Regime Militar.

Com efeito, a obra de Gabeira é um verdadeiro documento de uma época hostil da história do Brasil. **O que é isso, companheiro?** irá tratar das experiências do autor com relação à luta armada, seu envolvimento com o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), sua prisão, as torturas sofridas e o exílio em países como Chile e Suécia. Ademais, um momento essencial da obra é a abordagem que faz do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick pelo MR-8, alguns meses após a declaração do Ato Institucional Número 5. Romance-depoimento, a obra é um verdadeiro documento que se soma a outras muitas publicações que propiciaram uma consciência literária a respeito da experiência do cárcere e constituem uma memória coletiva desse período marcado pela “síndrome da prisão” (1985, p. 43), como pontua Sússekind ao tratar das correntes de produção literária que permearam as duas décadas do Regime Militar.

Outro gênero importante na literatura brasileira são as cartas da prisão. Acerca dos depoimentos do período que cobre o Regime Militar, podemos citar, por exemplo, as epístolas de Lúcia Velloso Maurício, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e presa de 1971 a 1974. Direcionadas aos pais, irmãs e para o marido também militante (com o qual se casou no cárcere), suas cartas foram reunidas em uma compilação que se configura como um documento de testemunhos daquele tempo. Uma curiosidade é que, temendo a censura e buscando preservar seus testemunhos, a autora habitualmente copiava suas cartas antes de enviá-las a seus correspondentes.

Já no âmbito mundial, a título de informação, cabe citarmos as cartas do cárcere de Gramsci, Mandela e Luandino Vieira, pois (re)constroem as experiências de sujeitos históricos diante de seus confinamentos. As cartas de Luandino Vieira, publicadas em **Papéis da prisão**, obra que também reúne apontamentos acerca de sua escrita e reflexões próprias do âmbito da teoria e prática literária, revelam a vida do autor / enunciador preso por seu envolvimento com a luta armada contra Portugal em favor da independência de Angola. Em seus quatorze anos de cárcere, primeiro nas celas das prisões de Luanda e, após sua transferência, em um campo de concentração em Cabo Verde, são transcritas uma série de imagens do cárcere (bem como dos sujeitos que o ocupam) e engendram importantes depoimentos que abarcam os longos anos de sua prisão.

Isso posto, como foi mostrado, a produção literária do cárcere é bastante fértil, desdobrando-se a partir de uma gama de abordagens e continuará o sendo enquanto a instituição prisional existir. Neste trabalho, como já dissemos, voltaremos nossas atenções para a produção epistolar de Frei Betto em seu período de preso político e comum de 1969 a 1973. Contudo, pensamos ser necessário antes relatar, ainda que brevemente, a forte atuação da Ordem Dominicana no período da ditadura civil-militar de 1964, de essencial compreensão, pois foi pela articulação de alguns de seus membros com a Ação Libertadora Nacional (ALN) que levou Frei Betto a prisão.

3 UM BREVE CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA E DA ORDEM DOMINICANA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Encabeçada pelo apoio militar e logístico do governo norte-americano, em 1964, o Brasil experimentou uma nova ditadura com o apoio de setores da sociedade civil e orquestrada pelo Comando das Forças Armadas que, com a promessa de ser breve, governou o país por vinte e um anos. Esse regime foi caracterizado por sua feroz austeridade, perseguições políticas e todo tipo de crimes humanitários.

A participação do episcopado brasileiro na ditadura civil-militar se deu de dois modos ideológica e posicionalmente distintos: primeiro na forma de apoio ao Regime Militar em uma época marcada pela paranoia comunista e o crescente medo de reformas, entre elas a agrária, a serem executadas no governo

de João Goulart; mais tarde, em confronto com a ditadura que passou a utilizar mecanismos de extrema violência no combate a seus opositores. Se antes a alta hierarquia da Igreja Católica foi decisiva para a concretização do golpe de estado pelo Comando das Forças Armadas, organizando muitas manifestações contrárias ao governo de João Goulart, acusando-o de intencionar implantar o comunismo no país, depois, iniciada a supressão da liberdade de expressão, bem como o desmantelamento de uma onda de torturas e atrocidades, inclusive direcionadas a membros eclesiais, passa a posicionar-se fortemente contrária ao Regime Militar.

A respeito da postura da comunidade eclesiástica frente aos conflitos político-sociais travados no Brasil, no período que antecedeu o regime ditatorial da segunda metade do século XX, Santos (2009) elucida que a maioria dos bispos brasileiros apoiou o golpe civil-militar, e tão somente uma pequena parte do episcopado se manteve discordante. Nas palavras da autora, estes não “conseguiram espaço para se manifestar, pois se encontravam isolados pelos seus pares, inclusive a CNBB (...)” (SANTOS, 2009, p. 191). Ademais, a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil entregou uma carta aos militares alçados ao poder, na qual garantia o apoio da Igreja. Podemos ler a respeito desse episódio em *Batismo de sangue*:

(...) o Cardeal Agnelo Rossi, presidente da CNBB, foi recebido em Brasília pelo General Médici. Ao final da audiência divulgou nota redigida de próprio punho, na qual dizia que “as dificuldades e problemas que naturalmente surgem entre a área temporal e a espiritual de governo, espero, poderão ser sempre resolvidas através de entendimentos diretos e do diálogo franco e patriótico. Aliás, todos desejamos a felicidade e a prosperidade do Brasil. Rogo a Deus abençoe o governo do ilustre General Emílio G. Médici.” (BETTO, 1982, p. 134).

De maneira inegável, como expressa Silva (2016, p. 7), a Igreja Católica no Brasil apoiou o golpe de estado, contudo, a partir de 1968, posiciona-se abertamente contra o Regime Militar devido ao não atendimento de seus interesses e, sobretudo, em razão da perseguição que seus militantes estavam sofrendo. Segundo o pesquisador,

o que contribuiu para a Igreja se afastar gradativamente do regime, que ajudou a legitimar, foram as prisões e as perseguições a esses militantes que irão ocorrer nos primeiros anos do golpe civil-militar (1964-1968), e passou a ter um posicionamento contrário ao regime após o Ato Institucional Número nº5 (AI-5), publicado em 13 de dezembro 1968. O AI-5 teve um impacto direto sobre a vida política e social do país, atingindo inclusive a existência das principais instituições religiosas. É nesse período que, em várias regiões do Brasil, militantes vão ser presos e torturados, padres e bispos serão alvos da repressão por proferirem sermões críticos à ditadura civil-militar, e os religiosos estrangeiros sofrerão processo de expulsão do país.(SILVA, 2016, p.8).

A relação da Igreja com o golpe civil-militar foi, de fato, complexa, como relata o padre Henrique Moura Faria (2014, p. 53). Se havia uma Igreja Institucional que apoiou e contradisse o golpe, também é de se destacar que as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) tiveram atuações significativas ao mudarem

as visões de muitos bispos e membros da Igreja Católica. Desse grupo, o autor aponta a Ação Católica, em especial a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), dois seguimentos fortemente perseguidos pelo impacto que tiveram suas ações no contexto de então.

Como foi exposto, grupos internos da Igreja foram contrários a esse apoio inicial dado aos militares, entre eles os dominicanos, cuja ordem foi a mais perseguida pela ditadura por ser considerada subversiva e por demais progressista. A Ordem Dominicana, com o nome oficial Ordem dos Pregadores, tem em seu histórico o engajamento com causas e lutas sociais, como elucida Santos:

Os dominicanos já tinham uma tradição de militância política fora do Brasil, que vinha desde a Segunda Guerra Mundial na Polônia, onde eles ajudaram os refugiados a se esconderem das autoridades nazistas. No Brasil eles seguiram com a mesma orientação, dando refúgio aos perseguidos pela repressão militar, por isso um ano depois do golpe militar o governo chegou a cogitar a expulsão dos religiosos do país. O convento dos dominicanos foi invadido várias vezes pela polícia e numa dessas vezes o reitor do convento foi preso pela Polícia Federal porque participou de uma greve que durou 24 horas, feita pela paz no mundo. (SANTOS, 2009, p. 192-193).

A Ordem Dominicana confrontou o Regime Militar de muitas formas, entre elas acolhendo perseguidos políticos e cedendo suporte logístico ao grupo armado Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, considerado o maior inimigo da ditadura civil-militar.

Com efeito, a Ordem Dominicana criou tensões na relação entre o Estado e a Igreja. Marcio Moreira Alves (1979), conhecido por ter feito o discurso que serviu de razão para a criação do Ato Institucional Nº 5, que normatizou a tortura e suspendeu as garantias constitucionais, em sua obra **A igreja e a política no Brasil**, escreve que “Toda a ordem dominicana era acusada de ligações com as organizações da guerrilha urbana” (ALVES, 1979, p. 216). Dessa forma, teve diversos de seus membros detidos, entre os quais Frei Betto que escreveu sobre o momento de sua prisão em Porto Alegre em carta do dia 30/12/1969, presente em **Das catacumbas**, e com mais detalhes em **Batismo de sangue**, como assim se lê:

Há tempos eu lera o resultado de uma pesquisa sobre o pânico, feita nos Estados Unidos. Ao contrário do que se pensa, situações catastróficas — como terremoto, incêndio, furacão — induzem a maioria das pessoas a um excepcional autocontrole que as leva a reagirem inteligentemente, sem perda da razão. Não sei até que ponto isso é verdade. Notícias de catástrofe sempre falam de gente que se queimou, afogou ou foi pisoteada, e quase nunca de quem se salvou. Pode ser que o enfoque jornalístico prefira as lamentáveis exceções e não a regra. O fato é que não senti nenhum medo frente ao coronel Renato Moreira e ao major Átila Rohrsetzek — acusado, anos depois, de sequestro, em Porto Alegre, do casal de uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Diaz. Talvez eu já tivesse ensaiado essa hipótese mentalmente inúmeras vezes nos últimos dias. E era menos pavoroso ser preso por duas altas patentes que por meia dúzia de investigadores saídos de alguma delegacia de subúrbio. A classe dominante tem seus requintes: um bandido qualificado deve ser apanhado por agentes qualificados. Cada coisa em seu lugar. (BETTO, 1982, p. 104).

Outros frades dominicanos presos foram os freis Fernando, Ivo e Tito, este último levado ao suicídio por nunca se recuperar psicologicamente das torturas sofridas e, por isso, tornado símbolo de

resistência e da luta pelos direitos humanos. De Frei Betto, foram selecionadas algumas de suas cartas produzidas em seu período de confinamento, que serão estudadas nos itens a seguir.

4 AS MISSIVAS, A MISSÃO: APONTAMENTOS SOBRE FREI BETTO E SUAS CARTAS DO CÁRCERE

Carlos Alberto Libânio Christo, mais conhecido como Frei Betto, é um frade dominicano e, entre muitas funções, autor de uma série de livros editados no Brasil e também no exterior. Defensor dos direitos humanos, foi preso no período de 1969 a 1973, acusado de ajudar perseguidos políticos, implicados nos movimentos estudantis, a atravessarem a fronteira do Brasil com o Uruguai e, desse modo, dar apoio a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella. Nesse tempo, produziu um volume expressivo de cartas, remetidas a parentes, amigos, membros e companheiros eclesiais. Embora o conteúdo seja bastante variado, percebe-se que todos se constituem como suportes de memória que revelam uma rica experiência teológica em um espaço marcado por toda sorte de precariedades, inclusive a afetiva, assim desnudando a realidade da prisão brasileira.

Divididas em dois volumes separados², as cartas do período de quatro anos em que Frei Betto esteve preso são encontradas em **Das catacumbas** e em **Cartas da prisão**. A obra **Das catacumbas** foi primeiramente publicada na Itália, em 1971, sob o título de *Nei sotterranei della storia*, quando Frei Betto ainda estava em confinamento. Como nos informa Godoi em sua dissertação de mestrado (2013, p. 10), essa obra, em solo brasileiro, foi publicada pela editora Civilização Brasileira em 1978, já as cartas reunidas em **Cartas da prisão** foram publicadas em 1977, pela mesma editora.³ Ademais, as cartas de 1969 e 1970 são do período em que o autor esteve como preso político, já as de 1971 e 1972 são escritas em seu tempo de preso comum.

Na edição brasileira de **Das catacumbas**, as cartas iniciam-se no dia 7 de dezembro de 1969 e terminam no dia 30 de dezembro de 1971, no qual o autor anuncia, com felicidade, a publicação de suas cartas em território italiano. As missivas reunidas em **Cartas da prisão** compreendem o período subsequente, de fevereiro (sem data específica) de 1972 a 25 de setembro de 1973. Alguns anos depois de liberto e da primeira publicação de **Das catacumbas**, na Itália, Frei Betto publica, em colaboração com os freis dominicanos Fernando e Ivo, o livro **O canto na fogueira**, de 1977, reunindo outras muitas cartas

² Para a leitura de todas as cartas reunidas pela primeira vez em um único volume, é sugerida a obra **Cartas da prisão**, de Frei Betto, relançada pela editora Companhia das Letras em 2017.

³ Curiosamente, essas informações são contestadas em entrevista realizada com Frei Betto, o qual nos informou que, no Brasil, a obra **Das Catacumbas** foi publicada em 1976, enquanto **Cartas da prisão** em 1974. A entrevista foi realizada por *e-mail* no desenvolvimento da pesquisa e publicada no ano de 2018 pela Revista do Instituto de Ciências Humanas da PUC Minas (volume 14, número 20).

que abrangem, dessa vez, todo seu período de confinamento, primeiro na posição de preso político e depois na de comum, isto é, de 1969 a 1973, apresentando algumas cartas inéditas até aquele momento.

Ainda com relação às cartas de Frei Betto, há algumas que se repetem nas três obras, caso, por exemplo, daquela que aparece em **Das catacumbas** e em **O canto na fogueira**, remetida à mesma pessoa e datada do dia 2 de fevereiro de 1971. Exemplos de outras cartas não exclusivas a uma única obra são as datadas de 25 de agosto de 1972, de 17 de setembro de 1972, de 21 de novembro de 1972 e de 18 de abril de 1973, todas encontradas em **Cartas da prisão** e **O canto na fogueira**. Os conteúdos de algumas delas, porém, apresentam diferenças textuais, sobre as quais Frei Betto, quando questionado em entrevista sobre a razão de tais diferenças, confirmou nossa hipótese de ser em função de um tratamento editorial – algo, aliás, que se repetiu na publicação do recente **Cartas da prisão**, pela Companhia das Letras, em 2017. Curiosamente, existem cartas cujo conteúdo parece ter sido “recortado” ou, melhor dizendo, selecionado, desse modo apresentando diferenças em suas veiculações nos livros. Podemos citar, a título de informação, a carta do dia 15 de janeiro de 1973 que aparece como uma versão simplificada da que é encontrada em **Cartas da prisão** e em **O canto na fogueira**.

Naturalmente, as cartas dos primeiros anos de cárcere de Frei Betto revelam atitudes de revolta do autor, inconformado pela injustiça que acometeu sua vida e a de seus companheiros, enquanto as que foram dispostas em **Cartas da prisão** possuem um caráter mais reflexivo e, também, pastoral. No que diz respeito àquelas publicadas em **O canto na fogueira**, se percebe uma natureza teológica mais acentuada, o que se deve à sua condição de obra colaborativa entre frades dominicanos que, inclusive, produziram diversas cartas em conjunto e as remeteram a eclesiásticos e comunidades religiosas.

O título **Das catacumbas** possui um importante significado dentro da esfera teológica, podendo ser lido como referência ao Pacto das Catacumbas, de 1965, documento escrito e assinado por padres e bispos no Concílio Vaticano II, no qual os participantes se comprometeram em colocar os pobres em evidência em seu ministério pastoral. Pacto que, por conseguinte, viria a influenciar a Teologia da Libertação, da qual Frei Betto faz parte. Ademais, o título também pode ser entendido por meio de outra referência, a dos primeiros cristãos a orarem em catacumbas em meio à repressiva perseguição do movimento que fundaria o Cristianismo. Com relação a **O canto na fogueira**, que por certo constitui um importante material de memórias coletivas da prisão, o título é uma referência à passagem bíblica do profeta Daniel que narra a história de três jovens hebreus que, por resistirem às determinações de um rei, são condenados à morte na fogueira, contudo salvos por Deus do sofrimento terrível.

Ao analisar a obra **Cartas da prisão**, Fróis irá dizer que seu conteúdo:

ultrapassa o trivial da carta para promover uma rica discussão em que antropologia, filosofia e teologia dialogam entre si. A estrutura é a da carta, mas a natureza do discurso, deixando evidente

uma dicção religiosa, extrapola o gênero. Em consequência disso, surge um desconforto em tentar reduzir *Cartas da prisão* ao gênero que dá nome aos textos de Frei Betto. (FRÓIS, 2015, p. 49).

Fróis diz que o conjunto das cartas de Frei Betto pode ser pensado como produto de uma oscilação entre a carta e a crônica (2015, p. 50). Nesse sentido, então, elas assumem um caráter híbrido, próprio dos gêneros do discurso como já foi apontado na seção 2 deste trabalho. Em uma primeira análise, ao considerarmos as características do gênero crônica sob uma perspectiva sociodiscursiva, em especial às que dizem respeito à sua narrativa curta que aborda relatos do cotidiano, a sua linguagem despretensiosa e aproximação com o leitor, entre muitos outros aspectos, percebemos as cartas de Frei Betto mais aproximadas com esse gênero, mas certamente com uma dimensão mais artística do que jornalística (FRÓIS, 2015, p. 49). No entanto, em uma segunda análise à luz das teses de Walter Benjamin, e talvez a mais importante no que diz respeito ao conceito de história, a crônica (e por extensão a figura do cronista) associada àquele que conta a história vivenciada, emerge como um suporte que relata acontecimentos não cobertos pela história oficial (cf. BENJAMIN, 2012, p. 241 *et seq.*). É, pois, por esse meio que se tem acesso ao relegado, ao marginalizado, aos relatos soterrados no cone da memória.

Em entrevista, Frei Betto confirmou a ideia compartilhada com os freis Fernando e Ivo, ainda na prisão, da publicação de suas cartas religiosas, o que resultaria em **O canto na fogueira**. E, com relação a **Das catacumbas**, a ideia do livro, que primeiro fora publicado na Itália, nasceu da romancista brasileira Maria Valéria Vasconcelos Rezende, então freira, e da italiana Linda Bimbi. Portanto, percebe-se que esse volume expressivo de cartas dispostas nas três obras corresponde a um projeto literário do autor e, nesse sentido, como escreve Godoi,

A análise intersemiótica dos textos, isoladamente e em seu conjunto, aponta, sim, para um movimento estético-literário, incipiente, mas auspiciosamente estruturado de maneira quase inevitável em uma primeira leitura, de modo a nos revelar, em uma apreensão mais detida, a urdidura secreta por detrás dos planos narrativos aparentemente desconexos. Ali está sendo contada uma história subterrânea, em princípio, como dissemos, de modo não aparente, que trata do nascimento do autor. (GODOI, 2013, p. 10).

As cartas de Frei Betto, articuladas no conjunto dessas três obras, também podem ser visualizadas como uma longa narrativa fragmentada, de caráter autobiográfico, pois, no sentido de que a carta é recurso tido como uma das maiores manifestações de experiências pessoais direcionadas a um destinatário estabelecido, revelando o mais íntimo de “um eu singular” (cf. VALENTIM, 2006, p. 28), ela constitui, como esclarece Foucault, uma autêntica “maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros.” (FOUCAULT, 1992, p. 135). Segundo o pesquisador francês, a carta torna o sujeito enunciador presente diante daquele a quem se dirige, garantindo-lhe, por um lado, um olhar voltado ao seu

destinatário e, em contrapartida, a possibilidade do outro olhá-lo através do que lhe é dito, em um processo que Foucault entende como a abertura que um sujeito se dá para o outro.

Desse modo, o enunciador opera uma narrativa de si, mas, também, uma narrativa de si em relação ao outro. Albano, acerca da ligação da escrita de cartas com a *hypomnemata*⁴ discutida por Foucault em seu trabalho **A escrita de si**, mas especialmente ao investigar a memória como substancial para a produção de certo tipo de escrita, nos diz que

O narrador mostra-se a si mesmo pelo que diz de si e, nesse movimento de escrita, mostra-se ao outro através da via de narrar os dias, as banalidades do dia-a-dia e os atos benéficos ou não. O escritor, pela memorização e escrita dos fatos, torna-se um inspetor de si mesmo. Através de um exame da consciência, daquilo que lhe passa na alma, no mais oculto, o sujeito se liberta para ter uma vida melhor. (ALBANO, 2005, p. 19).

Diante de tudo o que foi exposto, reafirma-se a percepção de que as cartas presentes nas três obras estudadas constituem uma narrativa de vida epistolar e autobiográfica, que reverbera os maiores traços estruturais e temáticos de uma crônica a partir das noções de gêneros do discurso desenvolvidas por Bakhtin (1975, p. 71; 2015, p. 261 *et seq.*), em especial quando o filósofo da linguagem diz que a natureza de todo discurso é heterogênea, pois é atravessado por outros, e que a organização de um texto se dá a partir de um modelo de dizer.

Por fim, mas retomando o próprio título desta seção, no que diz respeito à etimologia do termo *missiva*, sinônimo menos utilizado para carta, observa-se que se origina da palavra *missa* e que, como elucida Godoi em suas investigações a respeito da narrativa dentro do jogo de narrativas que abarcam o conjunto de cartas, possui um duplo sentido, pois

o particípio do verbo *mittere*, *missus*, que significa enviar, enviado, em latim. Há também, em diversos dicionários de etimologia, uma ligação remota com o termo *missão*, que derivou missionário e que aqui também poderia ser referido como uma forma de estreitar o sentido da carta como o envio de uma ideia, como uma representação de um discurso intencional, uma narrativa. (GODOI, 2013, p. 11).

Frei Betto explica sua estada na prisão como ação de uma missão teológica. A sua voz, textualizada nas suas cartas, revela fortes tensões e violências simbólicas sofridas em um conturbado momento sociopolítico do Brasil, inscritas em um espaço que, estruturalmente opressivo, é, em contrapartida, ressignificado e metaforizado. E o resultado das constantes reflexões pessoais que se dão nesse espaço, bem como das memórias erigidas ali, gera novas atitudes e novas faces do enunciador.

⁴ Em um sentido técnico, podem ser livros de apontamentos, registros de informações, cadernetas de anotações, diários pessoais e etc. que servem como suportes de memória.

5 UMA JORNADA NO CÁRCERE: A REMISSÃO PELA FÉ

Importante na cena enunciativa, uma das celas em que o enunciador construído por Frei Betto produz suas cartas é descrita por ele como um local de aproximadamente 160 metros quadrados, ocupados quase que inteiramente por beliches; local onde, em certo momento, já se amontoavam mais de cinquenta presos (número expandido para mais de trezentos ao se considerar todo o presídio), de todas as classes sociais, entre médicos, escritores, ex-deputados, universitários, operários e muitos outros. Para o enunciador, o confinamento no Presídio Tiradentes revelou-se como um lugar degradante, hostil e abominável (BETTO, 1978, p. 88). Era, com efeito, um “edifício assustador, que já foi senzala de escravos, tão velho quanto a tragicidade da condição humana” (cf. BETTO, 1978, p. 106).

Na prisão, ele viveu privações das mais variadas, de ordem estrutural e afetiva. Passou anos à espera de um julgamento sempre adiado, seja por complicações burocráticas, seja pela falta de boa-fé dos órgãos públicos e responsáveis por seu julgamento. Nas celas dos presídios pelos quais passou, conviveu com a ausência de recursos básicos para suprir suas necessidades, como a falta d’água. Com as torturas psicológicas empreendidas na forma de confinamento de cartas (muitas vezes a única forma de comunicação com o mundo externo) e proibições de visitas como forma de retaliação sempre que exigidas melhores condições de sobrevivência naquele meio; com a privação de banhos de sol, já escassos e limitados a poucas horas por semana, e, mesmo, com a não autorização para a realização de missas, o que representava outra tortura para um sujeito religioso.

A primeira carta de que se tem registro é a do Presídio Tiradentes datada de 7 de dezembro de 1969, remetida à sua família pouco depois de ter sido preso, isto em novembro daquele ano. De extensão curta, as descrições feitas pelo autor são pontuais. Quase como se fosse organizada em tópicos, a carta descreve o interior da cela e a divisão das equipes no que toca os serviços de limpeza e alimentação. Encerrando, há um breve parágrafo marcando suas ocupações, entre elas aulas de francês, ginástica, yoga e teologia, organizadas pelos próprios presos como se narra em muitas cartas posteriores.

Embora enclausurados, é de se destacar que, nesse registro inicial e sob a perspectiva do enunciador da carta, não se observa o compartilhamento de um sentimento de tristeza entre os presos. Há, pelo contrário, um espírito forte e coletivo que torna a vida de todos naquele meio mais suportável (cf. BETTO, 1978, p. 16). Especialmente para o frei, preso de nº 7.213, a vivência ali aponta para uma consciência de uma importante experiência pela qual passava, o que considerava ser um possível presságio para o que isso representaria em sua vida no cárcere e posterior a ele. Efetivamente parece haver, na postura do enunciador construído por Frei Betto, a compreensão de uma etapa de sua vida que constituirá uma grande experiência, segundo ele conduzida por um desígnio divino.

Mas se não há, na carta introdutória, um registro pormenorizado, de cunho mais emotivo, acerca dos sentimentos experimentados ali (algo natural e compreensível em virtude de ser tão somente um registro inicial de uma narrativa que se estenderia por quatro anos), muitas das cartas que se seguirão, em especial aquelas de **Das catacumbas**, propiciarão muitas reflexões em que vemos um enunciador com uma postura de revolta, por vezes decepcionado, crítico às instituições (o que inclui a Igreja Católica), irado e descrente. Mas o veremos, também, empático e sensível aos sofrimentos humanos, confiante de sua inocência e esperançoso com relação a seu futuro, tudo isso exposto não necessariamente de maneira sequencial.

Nesse sentido, essa primeira carta pode ser lida como prólogo de sua narrativa de vida naquele meio, revelando uma jornada de conhecimento do enunciador sobre si e sobre o mundo. **Das catacumbas** e **Cartas da prisão** constroem uma grande narrativa da história de um sujeito histórico cujas cartas revelam um modo de pensar na e sobre a prisão, mas também acerca do mundo. A partir de uma multiplicidade de temas universais, geram-se reflexões de cunho pastoral que também podem ser observadas, de modo mais acentuado, nas cartas reunidas em **O canto na fogueira**.

A consciência da importância da experiência que o enunciador construído por Frei Betto vivenciava, na primeira carta, é (re)contada naquela que virá em seguida, escrita no dia 25 de dezembro de 1969, atravessada horizontal e verticalmente por reflexões teológicas inspiradas pelo contexto histórico e simbólico do Natal que, se não justificam seu estar no cárcere, pelo menos alimentam a convicção de que sua prisão dá-se como um evento essencial para algo maior: a possibilidade de uma aproximação com Deus e, conseqüentemente, a promoção de marcas que contribuiriam para a remodelação de sua própria identidade.

Apenas na terceira carta publicada, datada de 30 de dezembro de 1969, é construído um relato que traça a trajetória de Frei Betto até sua prisão em Porto Alegre, às 7h30 da manhã do dia 9 de novembro daquele ano. De cunho jornalístico, essa carta demonstra a habilidade do autor com a caracterização de sujeitos, objetos e espaços, recurso textual que, no conjunto de cartas, se aproxima mais de uma dimensão artística, em especial daquelas encontradas em **O canto na fogueira**, em que vemos um cuidadoso trabalho com um jogo de operações metafóricas. Nessa terceira carta, em específico, há uma reprodução sequencial dos acontecimentos anteriores e posteriores a seu encarceramento, bem como se observa uma intenção do enunciador em reconstruir para seu enunciatário a situação de sua prisão. Para isso promove uma descrição das celas do DOPS gaúcho para o qual foi levado, antecipando o relato que faria, anos depois, em **Batismo de sangue**:

No DOPS gaúcho, fiquei numa cela improvisada por tabiques, no meio de um corredor. Havia ali dois beliches, com colchões e cobertores. A luz ficava acesa durante a noite, o que estranhei de

noite, mas logo me acostumei. A comida era servida em bandejas, tipo restaurante estudantil. Não havia sanitário na cela.

Poucos dias depois, fui transferido para outra cela, no mesmo corredor, com cama individual. Ali eu passava o dia – quando não estava sendo interrogado – lendo Pearl S. Buck, Somerset Maugham, Érico Veríssimo e a Bíblia. Escrevi um diário espiritual que, no DOPS paulista, foi apreendido. (BETTO, 1978, p. 18).

As atitudes do enunciatador são gradualmente transformadas. De um sujeito com uma conduta mais tranquila, emerge, daquelas catacumbas, uma voz crítica às estruturas opressoras da sociedade, entre elas a prisão. Naquele momento pós-golpe civil-militar de 1964, a prisão não era apenas local para todo tipo de torturas físicas, mas nela também reinavam o marasmo e a monotonia, geralmente surgidos após aplicados os suplícios, igualmente danosos a sua psique, pois levavam ao nascimento da angústia e a brecha para a depressão e a insanidade. Escrita no que chamou de subterrâneos da história, assim reflete o autor em carta escrita no dia 22 de fevereiro de 1970:

Hoje é domingo, chuvoso e triste. Cerca de cinquenta presos se acomodam como podem pela cela. Muitos dormem no chão, sobre colchões, porque não há mais espaços para camas. O silêncio reflete o clima úmido desse dia cinza. Não é um silêncio de calma, de paz interior. É quase uma sufocação. Tanta gente junta e poucas falam. Parece que alguns gostariam de gritar bem alto. Mas engolem esse desejo e aguardam. O quê? Não sei, ninguém sabe. Na prisão sempre se aguarda. É como na plataforma de uma estação sem trem e sem trilhos. (BETTO, 1978, p. 31).

Nessa mesma carta, o enunciatador comenta a tentativa de suicídio de Tito de Alencar Lima, após ser torturado pela Operação Bandeirante (OBAN) em um local conhecido, até mesmo pelos militares, como a “sucursal do inferno” (1978, p. 32). O terror das torturas sofridas por Frei Tito, ou tantos outros, era como um veneno que impregnava suas mentes, concebendo os fantasmas de Fleury que, às vezes materializados, a qualquer momento podiam interrogá-los munidos dos métodos mais cruéis. E, em meio aos constantes assombros psicológicos, em meio às permanentes privações, viviam e tentavam se adaptarem com a verdade dura e onipresente da prisão.

No dia 10 de março de 1970, Frei Betto escreve para Frei Carlos: “Assim como a doença leva-nos a reconhecer o valor da saúde, a prisão revela-nos o valor da liberdade” (BETTO, 1978, p. 43). Como se percebe pela leitura de **Das catacumbas**, o enunciatador parece pensar o cárcere não simplesmente com resignação, mas como *locus* que influi sobre sua subjetividade. Com efeito, seu olhar e juízos sobre a prisão se alteram ao passo que sua constituição de sujeito cristão também se ressignifica devido às vivências daquele tempo vivido no cárcere, o que intensifica, de modo progressivo, a subjetividade do enunciatador. A prisão é, primeiramente, um espaço coercitivo para o qual foi destinado como preso político, no entanto, depois, se torna espaço do qual são extraídas experiências que acentuam sua vocação cristã – algo que já se prenuncia na primeira carta. A prisão se configura como experiência teológica que

acarreta crescimento pessoal e, nas palavras do enunciador, é “No íntimo, uma grande alegria. Não por estar preso, mas por certificar-me o quanto verdadeiramente continuo livre” (BETTO, 1978, p. 95).

A prisão, com efeito, é, inúmeras vezes, tratada como matéria para seus próprios questionamentos. Se, em um breve primeiro momento, vemos um comportamento mais descritivo e “catalográfico” das atividades desenvolvidas no cárcere, à medida que se dão os diálogos das cartas com seus interlocutores, transcorrido meio ano de confinamento, percebem-se atitudes analíticas do espaço prisional e das organizações sociais, em especial reflexões críticas acerca das relações de produção controladas pela estrutura capitalista que impera no mundo e são essenciais para a perpetuação da pobreza (cf. BETTO, 1978, p. 53). Para o enunciador, a prisão seria um importante instrumento que busca “afastar do convívio social aqueles que ‘atentam contra a segurança’ dos donos dessa sociedade” (BETTO, 1978, p. 62).

Em vista das reflexões construídas pelo enunciador Frei Betto na carta de 31 de agosto de 1970, é possível estabelecermos um diálogo interdiscursivo com outra carta, datada de 27 de dezembro daquele mesmo ano, na qual o frei escreve a seu interlocutor que sua passagem pelo cárcere é movida por uma ação divina, algo que transformou seu olhar quanto àquele espaço: se antes possuía a visão da prisão como lugar de maldade, indiferença e pecado, descobriu, a partir da vivência ali, a graça, a fidelidade, o amor e a esperança, alterando radicalmente seus valores no constante contato intersubjetivo com os outros presos. Evidência dessa mudança é a carta remetida a sua família, em 11 de maio de 1971, já passado mais de um ano de sua prisão, na qual o frei ecoa em cinco parágrafos todas as reflexões fundidas naquele novo modo de enxergar o outro, em especial o marginalizado e apagado de todas as esferas da sociedade (incluindo a religiosa), e a posição que passa a ter no mundo:

Para alguns talvez isso soe como um mero palavreado bonito. Num mundo em que o poder e a posse se transformaram em aspiração quase geral, é difícil fazer entender o contrário. Mas creio que a experiência de prisão me colocou definitivamente, de modo realista, diante da grandeza e da miséria da vida humana. Aqui ela cresce em proporção gigantesca, aqui ela se esvai como a água derramada sobre a areia. Aqui ela se desenvolve ou se atrofia, dependendo das condições subjetivas de cada um. Há dias em que a alegria invade tudo, a esperança se acende como um relâmpago, a vida ressurgue em toda sua beleza e vigor. Há dias em que o espectro da morte ronda as grades, em que o sofrimento parece monstruoso e a realidade absurda. É então que nos voltamos para nós mesmos e buscamos lá dentro de nossa existência toda a força que ainda nos resta. Vemos então que essa força é inesgotável porque se alimenta na esperança e se traduz no amor. Sentimo-nos lívidos, transparentes, tranquilos, porque é impossível arrancarem isso de nós. É impossível destruírem aquilo que é justamente a matéria-prima de tudo o que o homem é capaz de construir. (BETTO, 1978, p. 99-100).

Não é possível avançar nas cartas sem antes deixar de considerar que, ao falar de uma postura de sensibilidade do enunciador no que toca a situação do preso, algumas cartas anteriores já apontavam seu exercício de profunda alteridade para com esse sujeito marginalizado. Uma delas, de 18 de dezembro de 1970, desvela uma atitude crítica do enunciador no sentido de trazer uma definição mais contundente do

cárcere, talvez a mais dura entre todas, construído como “o esgoto, por onde passam os detritos, até que um dia sejam lançados no oceano da liberdade” (BETTO, 1978, p. 109-110). A prisão configura-se como um espaço apertado em que os corpos, em processo de adestramento, devem conviver com a proliferação de ratos e insetos enquanto a sociedade continua a consumir, a mastigar e a expelir os detritos que ela mesma produz, uma referência nítida que o enunciador faz à situação e promoção da violência brasileira.

Efetivamente para o enunciador, por meio das metáforas que o autor constrói, especialmente o oceano como imagem de liberdade, há em todos os presos o desejo de se tornarem livres. De um modo delicado e sensorial, construindo uma série de imagens poéticas que revelam o caráter literário do texto, o autor (re)constrói o sujeito do cárcere e, sobretudo, resalta os novos traços de um enunciador que revela um comportamento de aprendiz em busca de uma completa transformação espiritual e identitária. Exemplo do que foi exposto é o seguinte excerto que marca esse processo de (re)construção da subjetividade do sujeito preso:

Sob a terra, assiste-se a um belo espetáculo. São as sementes germinando, o fio de água ganhando força para quebrar a pedra, a vida adquirindo resistência, as raízes abrindo-se como copas de flores na primavera. Sob a terra, encontram-se o ouro, a prata, os pés dos carvalhos seculares. Aqui, tudo nasce, tudo brota, tudo se desenvolve e cresce em direção ao sol. Da terra, vem a força, o alimento, a riqueza, a garantia. Como o sol está acima, todo o reino subterrâneo emerge incontrolavelmente para a luz. A ascensão é o movimento natural de tudo o que existe. (BETTO, 1978, p. 110).

As duas cartas escritas no Natal de 1970, direcionadas a remetentes diferentes, não estão reunidas em uma única obra, mas se encontram separadas em **Das Catacumbas e O canto na fogueira**. Remetida a um padre carmelita, a do segundo livro, cuja cena enunciativa se desenvolve a partir das rezas e dos cantos litúrgicos dos presos, homens e mulheres, todos formando um sonoro coro que atravessa os corredores e vibra por todo o Presídio Tiradentes, é marcada por um tom festivo e pastoral.

Naquela carta do primeiro livro, observa-se uma análise maior da representação do cárcere na sociedade. No entanto, e mais especialmente, é percebido que o cárcere, para além de seu conhecido caráter de repressão e já tido como esgoto de uma sociedade, é relido e adquire outras imagens a partir de um momento em que o enunciador se mostra imbuído de novos valores e novas leituras de mundo, em um trabalho reflexivo influenciado pelo contexto histórico e simbólico do Natal. É possível apontar que, para o enunciador, o cárcere torna-se:

- (I) Local para remissão pela fé, simbolizado como um genuflexório em que (o enunciador) se ajoelha diante da própria existência;
- (II) Uma janela do mundo em que se é possível observar tudo e todos.

As duas definições estão imersas em uma atmosfera teológica e sociológica, respectivamente. A primeira relaciona-se ao sujeito que encontrou um propósito entre as grades e paredes maciças da prisão, tornando-a representação da própria igreja no cárcere por meio de um elemento (genuflexório) comum às capelas e oratórios. A última trata o cárcere como esfera em que é possível estudar a própria constituição da sociedade, no que diz respeito às suas tensões, contradições e mazelas, definição esta que é complementada por mais uma:

- (III) O cárcere como alojamento obrigatório para aqueles que são dados como os indesejados ao convívio social.

Ainda nessa carta, vemos um dos momentos em que o enunciador é construído, quando Frei Betto reflete mais expressivamente sobre o conceito de liberdade, tema recorrente nas cartas e possivelmente caro para todo preso, sob diferentes prismas. Para ele, a liberdade está além do ato mecânico de se movimentar e, relacionado a isso, compreende o homem moderno como conduzido pelos desejos, sensações e prazeres vendidos como *modus operandi* para o estar no mundo, o que o aprisionaria em uma prisão mascarada de liberdade. Medita, então, a respeito da compreensão coletiva que se tem da liberdade, considerando se esse seria um conceito anárquico, pois como expressa:

Pensamos na liberdade de fazer tudo, de tudo, quando de fato só existe liberdade *para alguma coisa*. A liberdade do ser humano se mede pela liberdade de seu próximo. Se o próximo é desrespeitado, injustiçado, usado, o que existe é libertinagem. Se o bem comum não é favorecido pela minha liberdade, o que existe é libertinagem. (BETTO, 1978, p. 113).

Como foi mostrado, a fé possui especial importância na vida e constituição identitária do enunciador em uma série de cartas que abrangem os livros estudados, sobretudo naquelas de **Das Catacumbas** e **O canto na fogueira**. A Igreja é, no entanto, em uma série de cartas que abarcam uma temática que se pode chamar de críticas ao sacerdócio, objeto de duros julgamentos no que se refere à postura eclesial diante dos acontecimentos antes e depois de 1964. Críticas que também cobrem a indiferença de membros de todo o corpo da Igreja para com os desfavorecidos economicamente, bem como sua inércia diante dos mecanismos erigidos pelo capitalismo para a perpetuação da pobreza. De fato, algumas das ações da Igreja são descritas como orquestradas pelo sistema do capital, como é possível depreender das leituras daquelas em que o tópico das injustiças sociais e econômicas é recorrente.

Passado cerca de um ano, a carta introdutória de **Cartas da prisão**, escrita em fevereiro de 1972, altera completamente o teor das conversas estabelecidas nas cartas analisadas de **Das Catacumbas**.

Direcionada à sua família, com extensão curta e tratando de alguns assuntos despretensiosos, ela é a primeira entre muitas em que veremos uma linguagem mais leve, por vezes entrecortada por gírias. Não obstante a temática pastoral, bem como as críticas ao sistema penitenciário que se constituem até o fim de sua passagem pela prisão, se evidenciará uma postura de serenidade mesmo diante dos sofrimentos vividos no dia a dia no cárcere.

Na carta de 10 de fevereiro de 1971, o índice textual “querida família”, comumente utilizado no gênero epistolar, abre o diálogo em que o enunciador congratula seu pai pela publicação de um artigo sobre Milton Campos. Os enunciados são construídos de modo que se assemelhem a produtos de uma conversa corriqueira, própria da oralidade. O ritmo da escrita quebra a linguagem formal empregada em outras cartas e os assuntos se centram na vivência no cárcere, voltando-se para o tema culinário. Talvez esses recursos textuais adotados pelo enunciador se originem de um aprimoramento das técnicas de escrita do autor, mas também possivelmente em virtude de uma intervenção editorial no contexto da publicação do livro, o que amplia o caráter narrativo do texto. No entanto, o que é realmente importante destacar é que os efeitos de sentido gerados por esse modo diferente de textualização refletem a identidade de um sujeito mais bem disposto e confiante no que concerne a sua passagem pelo cárcere, assim como acentua a relação de afeto e cordialidade entre o preso Frei Betto e sua família.

Outra carta ilustra o que foi dito, escrita para um casal de amigos e datada de 24 de agosto de 1972:

Acho que não vai dar para ir ao casamento de vocês. Bem que eu gostaria, mas aqui a chave da porta fica do lado de fora. Dizem que a liberdade também, mas não acredito. Pelo menos isto eles não conseguem destruir dentro de mim.

Pois é, Cipriano, a vida dá as suas voltas e a gente acaba se encontrando. Mas quem diria que dessa maneira? Você consagrando seu amor a Cláudia (que imagino sensacional) e eu aqui num cubículo amarelo dessa penitenciária enterrada na esquina do mundo, com o número 25.044 carimbado nas roupas de algodão que o Estado me fornece. Aqui, meu mesmo, só tenho o pensamento, cuja raiz machado nenhum corta. (BETTO, 1977, p. 104).

Marcadores discursivos como “pois é”, questionamentos retóricos e afirmações dispostas entre parênteses, que por si só revelam um comentário tão comum nas conversas correntes, fundamentam esse tom de oralidade na tessitura da escrita. As cartas de Frei Betto presentes em **O canto na fogueira** já manifestam esse estilo do autor, embora o caráter litúrgico da obra propicie mais a construção de parábolas, metáforas relacionadas à esfera teológica, relatos críticos e historiográficos da Igreja pautados por uma escrita mais formal, isso em razão dos interlocutores estabelecidos que, em maioria, são padres e religiosos de diversas ordens.

Com relação à identidade, assunto caro para este trabalho, ainda na carta de 24 de agosto de 1972, é interessante notar a declaração do enunciador referente a uma consciente transformação identitária, a

qual teria se dado, sobretudo, em razão da vida e das experiências obtidas naquele meio. Conforme expressa:

Dizem que as pedras purificam a água que corre entre elas. Penso que isto é verdade. Conhecer de tão perto o ódio, a tristeza e o medo me faz mais humano, alegre e corajoso. Crio resistências que até então eu julgava inexistentes. E descobri que viver é arriscar-se, mas isso só vale a pena por uma única razão – se a gente é capaz de amar a ponto de abrir mão da própria liberdade para libertar os outros. (BETTO, 1977, p. 105).

Na posição de preso comum, após o Governo Militar cassar seus direitos de prisioneiro político, os sujeitos com que passa a conviver em mais de uma dezena de celas também mudam: homens condenados por homicídios, estupros, latrocínios, assaltos, tráfico de drogas, *etc.* Corpos elevados a companheiros de viagem pelo enunciador, todos a bordo na instituição prisional que é definida por ele como um paradoxo. Logo, para além da visão identitária que o enunciador tem de si, constitui-se outra advinda de uma lente externa: a do Governo que o vê como criminoso e, por essa razão, deve estar na companhia de presos igualmente perigosos. Tal perspectiva é descartada pelo enunciador, ao comentar ironicamente que sua passagem pelo cárcere, repleta de reviravoltas jurídico-políticas e experiências alegres e angustiantes, somente poderia ser descrita por Dostoievsky ou Buñuel, célebres por obras que analisam psicologicamente o estar humano no mundo – o que ressalta a face de grande leitor de Frei Betto, apontamento feito em virtude de outras muitas cartas que se constroem a partir de intertextos e referências a autores e obras literárias.

Já no fim do cumprimento de sua pena, outras cartas também buscam abordar o tema do papel da prisão. Naquela do ano de 1973, sem que esteja grafado o dia ou o mês, mas que por meio de pistas textuais parece ter sido produzida na Páscoa, encontramos a seguinte assertiva: “A prisão é um fardo leve quando se transforma num testemunho de liberdade” (BETTO, 1978, p. 333). Essa trecho confirma uma ressignificação identitária que se dá ao longo de sua passagem pelo cárcere, a uma remissão pela fé. Nesse sentido, teria sido necessário que ele passasse pela prisão para, por intermédio das vivências em quatro anos de confinamento, atualizasse o sentido de sua liberdade, plenamente associada ao que considera se tratar de uma vocação pastoral.

A carta, penúltima de Frei Betto contida em **O canto na fogueira**, é construída a partir de uma articulação entre os temas da fé e da esperança. O diálogo travado é bastante filosófico e intenta produzir uma reflexão acerca da morte, mas também sobre sua antítese dentro da esfera teológica cristã: a ressurreição, a qual se motiva certamente em razão de o enunciador estar inspirado pela época pascal. Ressurreição da Igreja, que se desvincularia aos poucos de uma cegueira coletiva no que se refere às opressões sistêmicas, mas também a uma ressurreição humana. E embora não esteja explicitado (textualizado), relaciona-se com a própria ressurreição simbólica do enunciador que, na sua jornada pelo

cárcere, torna-se outro, ou melhor, encena outras identidades a partir do contato intersubjetivo com outros presos.

As duas últimas cartas de que se tem registro da passagem de Frei Betto pela prisão, presentes em **Cartas da prisão**, ambas direcionadas aos seus pais e irmãos, revelam um enunciador feliz e ansioso com a liberdade próxima. A primeira, de 21 de setembro de 1973, salienta essa afirmação quando o enunciador diz:

a ansiedade criada pela libertação que se aproxima que nos envolve aos poucos. Por mais que nossa razão e o nosso espírito sejam tranquilos, lúcidos e realistas (o que significa não alimentar ilusões) há qualquer coisa na gente que faz desencadear uma incontável atração pelo “lá de fora” (para não dizer, inapropriadamente, liberdade). (BETTO, 1977, p. 231).

Essa carta informa acerca de um quadro, pintado por Moacir Pedroso, um companheiro de cárcere, e encomendado pelos pais de Frei Betto. Apesar de o enunciado “Nesta tela estão todos os nossos anos de prisão” (BETTO, 1977, p. 231) sintetizá-lo com sucesso, a análise da obra de arte se dará apenas na última carta, escrita alguns dias depois, em 25 de setembro de 1973. O quadro, como define o enunciador, representa

Um prisioneiro em sua cela, sentado à mesa de pedra, escrevendo. A cela é terrível como tudo aquilo que suprime ou esmaga a liberdade humana. Não tem simetria e sua janela gradeada não mostra nada, senão um conjunto opaco de cores que traduzem amargura. Tudo ali é sombrio, solitário e precário como a cruz pregada na parede ao fundo. Sofrimento e imundice se mesclam onde o homem foi reduzido à condição de animal de jaula. As tonalidades do quadro são obscuras e confusas, como se gotas de lágrimas tivessem pingado, espalhado e misturado as tintas, resultando num efeito que traduz todo o horror de um cárcere. (BETTO, 1977, p. 232).

Ao retratar o quadro, esmiuçando todos esses elementos composicionais, o enunciador estabelece uma associação metalinguística com seu próprio estar no cárcere, bem como o de seus companheiros, os freis Fernando e Ivo. O sujeito pintado, se não o representa na aparência debilitada, pelo menos personifica e expressa, através de seu olhar, a esperança, força e fé que fez possível suportar a vida na prisão. É interessante que o enunciador mais uma vez retoma sua definição, ressaltada em **Das catacumbas**, de cárcere como esgoto da sociedade, convicto da função do sistema prisional meramente de isolador dos malquistos da esfera social que ela mesma produz.

O sujeito no quadro escreve, assim como o próprio enunciador/escritor que, por intermédio de suas cartas, transcreve suas memórias individuais e materializa suas experiências na prisão. Eterniza, em um material vasto ao longo de quatro anos, um olhar interno do sistema prisional em pleno período da ditadura civil-militar brasileira. É a voz de uma geração que intenta fazer-se ecoar em outras que virão numa negação às atrocidades de um sistema ditatorial, compromisso assumido no último parágrafo da carta. É, como mostra, uma tentativa de desnudar a barbárie de um momento crítico para que, possivelmente, não venha a se repetir no futuro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi estudado um conjunto de cartas de Frei Betto produzidas em seu tempo de cárcere, de 1969 a 1973. Nessas cartas, encontram-se relatos que projetam as experiências vivenciadas naquele meio, entrecruzadas por uma série de reflexões no que diz respeito à condição humana na prisão. São notáveis as críticas que o enunciador faz à instituição prisional, bem como ao Estado que a ampara, dado que este precisa daquela como ferramenta essencial de dominação (cf. FOUCAULT, 2014).

Buscou-se estudar a construção do espaço prisional pelo enunciador Frei Betto, assim como a sua própria composição de sujeito discursivo a partir desse *lócus*. Para tanto, antes, foi necessária uma elucidação acerca da natureza da escrita do cárcere, por vezes injustamente não associada à literatura. Brevemente também foi preciso entender a participação da Igreja Católica nos eventos pré e pós 1964, bem como o envolvimento da Ordem Dominicana, de Frei Betto, com movimentos que lutavam contra o sistema ditatorial naquele momento instaurado, o que acarretou na sua prisão.

O trabalho preconizou o estudo de relatos contidos nas cartas de Frei Betto na condição de preso político e preso comum pela ditadura civil-militar, concebidas durante uma situação de forte repressão que deixou profundas marcas na história recente do Brasil. Tais cartas são consideradas reveladoras em diversos sentidos, sobretudo no que tange às descrições que se constroem das experiências no cárcere e às interpretações que Frei Betto, desdobrado em muitos enunciadores, faz desse sistema. Interpretações, aliás, que se cruzam com valores e experiências teológicas que acarretam uma verdadeira transformação identitária, a qual pode ser visualizada na maneira que o enunciador passa a ver o cárcere, a ver o outro e ver a si próprio, perceptivelmente diferentes de um início marcado em **Das Catacumbas** e no término da narrativa em **Cartas da prisão**.

Nesse sentido, essas cartas constituem documentos que também podem ser vistos como arquivos de memória do país, em especial as da segunda metade do século passado. Pelas análises realizadas, percebe-se a construção das memórias pela figuração do espaço prisional e dos corpos que o ocupam. Ademais, as imagens de cárcere erigidas são muitas, entre elas a de um alojamento obrigatório para os indesejados do convívio social, que espelha os conflitos de classes e misérias humanas de nossa sociedade, mas que depois é metaforizado como um genuflexório em que o enunciador se ajoelha diante da própria existência em um ato de remissão pela fé.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, Adriana Helena de Oliveira. **No rastro dos Boitempos:** considerações sobre poética memorialista em Drummond e dois contemporâneos seus. São João Del Rei: UFSJ, Faculdade de Letras, 130 fls mimeo. Dissertação de Mestrado em Teoria Literária e Crítica da Cultura. São João Del Rei: UFSJ, 2005.
- ALVES, Marcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal.** Trad. Paulo Bezerra. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética:** a teoria do romance. Trad. Aurora Fornini Bernardini *et al.* 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1975.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BETTO, Frei. **Batismo de sangue:** os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.
- BETTO, Frei. **Cartas da prisão.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.
- BETTO, Frei. **Das catacumbas.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- CANDIDO, Antonio. Poesia e ficção na autobiografia. In: **A educação pela noite e outros ensaios.** 2.ed. São Paulo: Ática, 2002, p.51-69.
- CANDIDO, Antonio. **Vários escritos.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 1988.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria.** Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão; Consuelo Fortes Santiago. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- CORONEL, Luciana Paiva. A escrita contemporânea do cárcere: história e literatura na voz da margem sobre a cidade. **Mouseion**, Canoas, n. 20, p.33-43, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/viewFile/2121/1339>>. Acesso em: 04 out. 2017.
- FARIA, Henrique Moura. A igreja e o golpe civil-militar. In: SÁVIO, Robson et al. (Org.). **50 anos do golpe civil-militar:** a igreja e a universidade. Belo Horizonte: Editora FUMARC, 2014. p. 53-65.
- FERNANDO, Frei; IVO, Frei; BETTO, Frei. **O canto na fogueira.** 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 42.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- FRÓIS, Wilson Barreto. **O marxismo e a fé em Cartas da prisão, de Frei Betto.** Revista Contraponto, Belo Horizonte, v. 5, n. 7, p.49-57, 2015.
- GODOI, Márcilio Ribeiro de. **Escrita e sobrevivência em Cartas da prisão (Frei Betto):** o absurdo como origem e deslimite. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-graduados em Literatura e Crítica Literária. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. 140f.
- SANTOS, Priscila Farias dos. A participação dos freis dominicanos no Regime Militar brasileiro. **Revista Historiador**, Porto Alegre, n. 2, p.189-198, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/doi/priscila.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

SILVA, Luiz Fernando Mangea da. A ditadura civil-militar e a Igreja Católica no Brasil: uma abordagem do pensamento social católico. In: **XVII Encontro de História da Anpuh-Rio**, 2016, Rio de Janeiro. Anais (online). Disponível em:
http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465940579_ARQUIVO_TextoAnpuh-RJ-2016.pdf.

SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**: polêmicas, diários & retratos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

VALENTIM, Claudia Atanzio. **O romance epistolar na literatura portuguesa na segunda metade do século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 116 fls mimeo. Tese de Doutorado em Literatura Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.